

Artigo de “Grüne Seiten”, edição Nr. 100 - Colônia - setembro de 2015.

Prof. Dr. André Habisch

Com a responsabilidade social no DNA: a União de Empresários Católicos (BKU - Bund Katholischer Unternehmer)

A fundação da BKU ocorre em um momento de mudança na história recente da Alemanha

Se quisermos descrever a situação da Alemanha no pós-guerra, podemos lançar mão de duas fotografias conhecidas de muitos dos Senhores e que dizem mais do que mil palavras. Uma delas mostra o centro da cidade de Colônia, que literalmente foi ao chão com os bombardeios, onde se sobressai apenas a catedral, bastante preservada em relação ao entorno. A segunda imagem é a do *Neumarkt* em Dresden onde, após o devastador bombardeio de 1945, estão sendo queimadas pilhas de cadáveres, entre os quais se veem avós e pais buscando identificar os corpos de seus filhos assassinados. No verão de 1945, a situação na Alemanha é caracterizada por absoluta catástrofe. Um governo totalitário, racista e totalmente criminoso – cujos colaboradores também se encontram dentro da elite econômica – havia conduzido o país à mais profunda crise da história alemã: os países vizinhos foram invadidos e sua população subjugada, muitas vezes por meio de práticas de terror racista; foi deflagrada uma guerra de ataque que, apenas na Europa, causou mais de trinta milhões de mortes, mas, acima de tudo, foi perpetrado o holocausto, um dos maiores crimes da história da humanidade, que ficará ligado para sempre à Alemanha. Morte e miséria dentro do próprio país foram as consequências desses crimes: mais de oito milhões de alemães, entre soldados e civis, morreram; o país foi destruído, ocupado, dividido. Milhões de alemães oriundos da região leste da Alemanha buscaram refúgio do lado ocidental. Durante este trajeto, milhares morreram de fome, frio ou exaustos.

Se, no entanto, voltarmos nosso olhar para a segunda metade do século, no período após 1948, veremos que a Alemanha tornou-se uma das sociedades mais prósperas de todo o mundo. Basta considerar um indicador: o PIB per capita vem aumentando todos os anos, com poucas exceções, até mesmo após a reunificação de 1990. Fica uma pergunta: o que foi que aconteceu, de fato? Que evento foi tão extraordinário a ponto de ser capaz de estabelecer tanta diferença entre a catástrofe da primeira metade do século e a prosperidade da segunda? Vamos lembrar que destruição e miséria por si só não oferecem qualquer garantia para um futuro melhor – é o que nos mostram a história e a atualidade em muitas partes do mundo. Analisando objetivamente, no momento de virada da história, parecia pouco provável que os acontecimentos tivessem um curso tão feliz.

Habitualmente, são citados alguns políticos (Konrad Adenauer e Ludwig Ehrhard) e intelectuais (Walter Eucken, Alfred Müller-Armack, entre outros) como principais protagonistas deste processo que levou à formação da República Federal da Alemanha, ao surgimento da economia social de mercado, ao relacionamento renovado com o mundo ocidental e, 40 anos mais tarde, à reunificação alemã. Neste processo, deve-se observar também o importante papel desempenhado pelos novos empresários que vinham com outro tipo de responsabilidade, um fato que muitas vezes não recebe a devida atenção. É interessante notar que Wilhelm Röpke, um dos principais teóricos da economia social de mercado, tenha se referido a este fato de forma bastante diferente em uma conferência proferida na IHKⁱ de Frankfurt sobre o Meno, em 1961. Nesta ocasião, disse que *“muitos empresários ainda não se deram conta de que estão cada vez mais com um pé nesta área que vai muito além do fenômeno da oferta e da procura, de que passaram a ocupar uma posição à parte do mercado, que não consta de seu livro-razão e se situa além do ativo e do passivo. Foi principalmente devido ao desmoronamento da antiga hierarquia que se abriu um espaço a ser preenchido com uma nova função, criou-se uma nova esfera de influência que seguramente não teriam escolhido, e que, no entanto, não podem mais recusar, nem dela se desvencilhar. E foi assim que, num breve espaço de tempo, os empresários passaram a ocupar a posição de figuras fundamentais em nossa ordem social e econômica, moderna e livre ... uma missão que lhes coube assumir.”* É precisamente neste momento decisivo de mudança na história alemã do século XX que surge a União de Empresários Católicos, exercendo um papel de tanta relevância.

Valores cristãos na política

Os antecedentes históricos deste momento são marcados pela atuação de destacados empresários cristãos na época da industrialização: Leon Harmel na França e Franz Brandts em Mönchengladbach – dois empresários da área têxtil da virada do século XX que queriam fazer valer os valores cristãos também em seu papel de empresários. O resultado foi uma intensa política social nas empresas e amplo engajamento na Igreja e na sociedade. Franz Brandts instituiu um fundo de pensão em sua empresa de Gladbach a fim de assegurar benefícios a seus funcionários em caso de doença e na aposentadoria, algo com que não contavam na época. O fundo era administrado majoritariamente pelos empregados, o que reforçou seu próprio senso de responsabilidade. O mesmo acontece com as instituições de poupança destinadas a apoiar a construção de patrimônio para os trabalhadores. Apesar de proporcionar uma jornada bastante reduzida aos seus empregados – 10 horas e 25 minutos – Brandts pagava os salários mais altos da cidade. Na empresa, havia, além de uma cantina e uma escola de costura para as mulheres, uma biblioteca, um círculo de música e, o mais importante de tudo, uma capela. O empresário havia mandado construí-la por ocasião da morte de seu filho, à época com pouca idade. O próprio

Brandts abriu mão de morar em um sofisticado bairro de poderosos industriais e preferiu morar na mesma vila que havia mandado construir para seus operários. Além disto, engajou-se na sociedade e na política municipal. Em 1890, fundou, junto com Georg Härtling, um parlamentar do Reichstag, a influente organização “Volksverein für das Katholische Deutschland”, que promovia, de Mönchengladbach a todo o Reich, eventos educativos e culturais para os trabalhadores e editava publicações próprias, fazendo interface com o trabalho político do partido católico de centro. O capelão de sua empresa, Franz Hitze, mais tarde veio a ser o primeiro professor catedrático de Ciência Social Cristã na Universidade de Münster/Westfalen e, como parlamentar do Reichstag em Berlim, colaborou na formulação da primeira legislação social do Estado, elaborada na década de 1890. Heinrich Brauns, que, de início, foi chefe de departamento do “Volksverein” fundado por Franz Brandts, veio a ser o primeiro Ministro do Trabalho do Reich (1920-28). Exerceu este cargo com muita competência técnica por doze vezes numa época em que os gabinetes se sucediam rapidamente. Neste período, Brauns, que era padre da arquidiocese de Colônia, lançou os alicerces do sistema trabalhista alemão, que incluía desde a cogestão exercida pelos trabalhadores através dos Conselhos de Fábrica eleitos por eles, até a criação de Tribunais de Trabalho do Reich e a fundação do Instituto do Trabalho do Reich que instituiu um seguro-desemprego, ainda que inicialmente rudimentar etc. Mais tarde, Brauns foi isolado pelos nazistas e morreu solitário no sul da Alemanha. É uma parte obscura da cultura memorialística de nosso país que o nome deste herói do ideário social-cristão, de cuja atuação visionária a cultura trabalhista de nosso país tira proveito até os dias de hoje, seja tão pouco lembrado.

Economia – Sociedade – Igreja:

O perfil da BKU também foi influenciado desde o início por este trítono: na economia, atuar na prática com base em valores, reforçar a orientação cristã na política e promover a competência empresarial na Igreja. Sob esta perspectiva, a BKU foi criada, em 1949, por iniciativa do presidente da IHK de Colônia, Franz Greisse, pelo empresário familiar Peter Heinz Werhahn, que mais tarde tornou-se o único presidente alemão da Federação Mundial UNIAPAC. Esta federação foi bastante influenciada pelas ideias de seu consultor para temas da religião e teórico da ética social cristã, Joseph Höffner. Inicialmente, Höffner foi professor da Universidade de Trier e, mais tarde, com o apoio da BKU, foi diretor-fundador do Instituto de Ciência Social Cristã da Universidade de Münster/Westfalen. Tinha diversos contatos no governo federal alemão e foi membro do Conselho do Ministério do Trabalho e Social e membro-consultor técnico do Inquérito Social do Parlamento (Bundestag). Mais tarde, foi nomeado arcebispo de Colônia e presidente da Conferência Nacional de Bispos Alemães, cargo que exerceu até 1987 quando faleceu.

A extensa atuação de Höffner fez com que a IHK contribuísse indiretamente, mas não com menor eficácia, para a estruturação das instituições da nova sociedade alemã. Ao referir-se a este processo, o jornalista Jan Ross comparou a doutrina social católica a uma “religião secreta do Estado” na jovem República Federal da Alemanha. O BKU ganhou visibilidade diretamente quando, em 1954, Wilfried Schreiber, que ocupou pela primeira vez o cargo de diretor (até 1959, depois foi professor de Política Social na Universidade de Colônia, entre 1962-72) formulou, a pedido do chanceler Konrad Adenauer, o “Plano das Três Gerações” (“Schreiber-Plan”): nele, propôs o sistema de repartição simples na previdência social (incluindo ajustes dinâmicos da aposentadoria conforme as melhorias salariais, sem subsídios do governo ou benefícios alheios à previdência, mas também com obrigatoriedade de contribuição para quem recebe salários mais elevados). A compensação por despesas de família estava firmemente integrada no Plano Schreiber: paralelamente à aposentadoria dinâmica por idade, estabeleceu-se uma compensação pelo ônus das despesas de família, ou seja, um benefício-família, a fim de fazer refletir o contrato intergeracional na ordem social. Não obstante, em 1957, o Plano Schreiber foi implementado apenas parcialmente: fracassou principalmente o benefício-família devido à ação de lobbies e por influência do próprio Adenauer, que afirmou: “as pessoas, de qualquer maneira, têm filhos”. A crise demográfica atual mostra as consequências do erro cometido naquela época ao ignorar-se o pragmatismo prudente dos empresários.

A subsidiariedade na economia: fazer com que a sabedoria prática seja eficaz!

Naturalmente, é importante para o funcionamento da economia de um país que as empresas trabalhem de forma eficiente e inovadora. A longo prazo, e principalmente em situações de crise, também é determinante a maneira como se organizam as decisões estruturais. Não por último, por influência indireta do BKU, na Alemanha, a preferência é por uma administração autônoma das empresas. O princípio social da subsidiariedade é parte fundamental da Doutrina Social Católica e marcou significativamente a estrutura da República Federal da Alemanha: municípios e estados são independentes, controlam seus orçamentos e direitos decisórios de forma autônoma e, assim, reforçam a cultura de responsabilidade em âmbito local. Aliás, subsidiariedade é mais do que federalismo territorial. Sob diversos aspectos, a economia social de mercado confia muito mais na gestão independente realizada por profissionais especializados do que por apadrinhados políticos. O que se deseja são empresários que sejam cidadãos corresponsáveis pelo bem comum. A liberdade nas negociações salariais entre empregadores e empregados é garantida até mesmo pela Constituição. As Câmaras (com obrigatoriedade de filiação) e as entidades associativas também têm participação direta nas tomadas de decisões como mostra, por exemplo, o sistema dual de formação profissional, uma parceria entre o público e o privado, ou seja, a colaboração entre escolas públicas de formação profissional e empresas; mas se comprova também nas consultas públicas em diversos níveis no

processo legislativo, nos grêmios coordenadores da Justiça do Trabalho, na autorregulação das entidades representativas setoriais etc. A autogestão subsidiária protege tendencialmente uma esfera da sociedade contra manipulações políticas e ajuda os especialistas pragmáticos a tomarem decisões relevantes. Um exemplo da eficiência do sistema subsidiário alemão foi o êxito da solução encontrada para sair da crise de 2008/2009 quando muitas das empresas familiares de médio porte cuja produção era voltada à exportação tiveram quase metade de suas encomendas canceladas. Se, em consequência, não houve demissões em massa, isto deveu-se em grande parte ao sistema de contabilização de horas trabalhadas que havia sido negociado entre empregados e empregadores e que, durante a crise, permitiu uma compensação do crédito das horas trabalhadas a mais em épocas de bonança. A Agência Nacional de Trabalho também ofereceu apoio importante através do sistema de jornada reduzida instaurado pelo Ministério do Trabalho, elaborado com participação ativa de representantes patronais e dos trabalhadores. De forma parecida, a subsidiariedade também se faz presente no sistema de seguridade social na Alemanha, que conta com notável participação de sólidas entidades beneficentes; por seu intermédio, promove-se a integração de Igrejas, do movimento de trabalhadores e das iniciativas locais que se engajam de forma voluntária no setor de saúde e de assistência a crianças e idosos.

Aqui fica bastante evidente o que o Bispo Engelhard, presidente do Conselho da Igreja Evangélica da Alemanha (EKD), já havia dito em 1997 por ocasião de um pronunciamento comum das Igrejas: a economia social de mercado é moralmente mais bem aparelhada do que costumamos imaginar. Na prática da atividade econômica, busca soluções éticas não apenas na utilização do lucro (impostos, contribuições, filantropia) mas também na forma de visar o lucro, ou seja, buscando estruturar de forma adequada e humana a cadeia de agregação de valor dentro das empresas. Na tradição da BKU, entende-se que liberdade existe com e através de engajamento pessoal: apoiando as disposições regulamentares mínimas impostas pelo legislador, mas, além disto, também as iniciativas voluntárias na esfera social e ambiental. O BKU também entende a empresa como uma comunidade de pessoas ao invés de simples artigo comercial negociado no mercado financeiro.

Competência empresarial na Igreja

Da mesma forma que o empresário francês Leon Harmel havia influenciado a primeira Encíclica Social do Papa Leão XIII, “Rerum Novarum”, o BKU na Alemanha teve atuação contínua no processo de elaboração de documentos de ética social da Igreja. Resultam desta colaboração alguns escritos mais recentes, como o “A Vocação do Líder Empresarial”, do Pontifício Conselho Justiça e Paz.

Além disto, há representantes do BKU presentes em agremiações religiosas como, por exemplo, o Comitê Central dos Católicos Alemães. O fruto deste trabalho é a

influência positiva exercida pela Igreja na economia que, não fosse isto, seria ainda mais fortemente identificada com a busca da riqueza material, com a exploração dos trabalhadores e a maximização oportunista de lucros.

Documentos pontifícios, como, por exemplo, as Encíclicas “Centesimus Annus” de João Paulo II (1991), a “Caritas in Veritate” de Bento XVI (2006), mas também o mais novo documento “Laudato Si” do Papa Francisco, transmitem uma imagem bem diferente e de mais valor dos empresários, não obstante certas reservas que ainda são palpáveis.

Em resumo: a União de Empresários Católicos, baseada na missão social cristã e na sabedoria pragmática de seus membros, tem acompanhado a economia social de mercado desde o seu surgimento, inclusive das instituições econômicas e sociais que a mantêm. Desde sempre, representa um modelo mais elaborado do empresário médio, responsável, o qual, há décadas, vem influenciando a estrutura social e as estruturas subsidiárias da sociedade alemã.

Se, hoje em dia, 70 anos após sua total derrocada, a Alemanha tornou-se uma sociedade funcional reconhecida internacionalmente, deveríamos – na Europa e em todo o mundo – dar nosso testemunho do quanto tais princípios ético-sociais contribuíram para este surpreendente desenvolvimento. É o que devemos àqueles empresários e precursores de cujos conceitos, propostas e iniciativas, que alcançam muito além da oferta e da procura, ainda tiramos proveito até os dias de hoje.

A revista “Grüne Seiten” é editada com fins de documentação pelo BKU- Bund Katholischer Unternehmer e.V., ISSN 1865-4576

ⁱ IHK – Industrie- und Handelskammer = Câmara de Comércio e Indústria